

## **O LEGADO RELIGIOSO DOS AFRO-DESCENDENTES NA FORMAÇÃO HISTÓRICO CULTURAL BRASILEIRA: POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

Valmir Biaca<sup>1</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa sobre o Legado Religioso dos Afro-Descendentes, na formação histórico cultural brasileira, objetiva evidenciar algumas possibilidades de uso deste tema no ensino de História tais como: destacar a sua importância; compartilhar as produções para que assim possam ser utilizadas pelos professores. Inicialmente é apresentado o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, que possibilitou esta pesquisa. Em seguida, a pesquisa bibliográfica ressaltando a vinda dos negros para o Brasil que trouxeram consigo um legado cultural e religioso e sua influência decisiva na formação histórico-cultural do nosso país. Num outro tópico, destaca-se a possibilidade e aplicação desta pesquisa conforme prevê a lei 11.645/08, a partir da construção de um material didático, no formato Folhas, com a participação de professores da Rede Pública de Ensino. O artigo finaliza com as experiências práticas realizadas nas escolas estaduais e a implementação da pesquisa em algumas escolas da Rede Pública Estadual.

Palavras-chaves: afro-descendentes, legado, ensino de História

## **THE RELIGIOUS LEGACY DOS AFRO-DESCENDENTES IN THE FORMATION REPORT CULTURAL BRAZILIAN: POSSIBILITIES TO THE TEACHING OF HISTORY**

**SUMMARY:** This research on the Legado Religioso of the Afro-descending ones, in the formation report cultural Brazilian, lens to evidence some possibilities of use of this theme in the teaching of History such an as: to detach your importance; to share the productions so that they can be used like this by the teachers. Initially, I present the Program of Educational Development–PDE, that made possible this research. Soon after, the bibliographical research pointing out the coming of the blacks for Brazil that you/they brought with itself a cultural legacy and religious person and yours influences decisive in the historical-cultural formation of our country. In another topic, I detach the possibility and application of this research as he/she foresees the law 11.645/08, starting from the construction of a didactic material, in the format Leaves, with the teachers' of the Public Net of Teaching participation. I conclude the article with the practical experiences accomplished in the state schools and the implementação of the research in some schools of the State Public Net.

---

<sup>1</sup> Prof. de História da rede pública estadual de ensino do Paraná. E-mail: [vfbiaca2006@yahoo.com.br](mailto:vfbiaca2006@yahoo.com.br)  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nadia G. Gonçalves, UFPR.

Word-keys: you afro-descended. legacy. teaching of History.

## **1 – Introdução**

Apresenta-se aqui uma proposta de reflexão sobre os Afro-descendentes e o seu legado religioso no intuito de encaminhar subsídios para os professores da Rede Pública de Educação, em especial aos professores de História. De acordo com as recentes demandas sociais sobre o tema, torna-se imprescindível divulgar a todos aqueles que demonstram preocupação pela Formação Continuada dos professores o resultado da conclusão deste programa PDE, no qual privilegiou-se, como estudo, o Legado Religioso dos Afro-Descendentes, é o propósito deste artigo.

No presente texto pretende-se, em um primeiro momento, abordar os propósitos do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, que possibilitou esta pesquisa. Em seguida, como se deu a investigação bibliográfica, o referencial teórico sobre o tema, como aconteceu a elaboração do Material Didático, a importância do Grupo de Trabalho em Rede com a participação de professores da Rede Estadual de Ensino e suas contribuições para este estudo. Por fim, a implementação da pesquisa nas escolas e as considerações finais.

## **2 - O Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE**

O PDE, Programa de Desenvolvimento Educacional, organizado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, tem o propósito de articular o diálogo entre os professores da Educação Superior e os da Educação Básica. O projeto se desenvolve por meio de atividades teórico-práticas orientadas, tendo como resultado a produção de conhecimento e possíveis mudanças na prática escolar do ensino público paranaense.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação (2008), em sua política institucional divulgada aos professores, a formação continuada constitui uma base educacional fundamental na qualificação dos professores da rede pública estadual. Para tanto, o PDE propõe inúmeras atividades organicamente

articuladas, definidas a partir das necessidades da Educação Básica e que busca do Ensino Superior a contribuição solidária e compatível com o nível de qualidade desejado para a educação pública no Estado do Paraná.

Idealizado durante a elaboração do Plano de Carreira do Magistério, a partir das reuniões conjuntas entre os gestores da SEED e os representantes do Sindicato dos professores, o programa toma forma e se concretiza no ano de 2007, e visa produzir progressões na carreira e melhoria na qualidade da educação oferecida às crianças, jovens e adultos das escolas públicas.

O PDE, além de prever avanços na carreira e tempo livre para estudos, demonstra a preocupação com a formação permanente dos educadores e com o aprendizado de estudantes. Este programa de estudos tem duração de dois anos: no primeiro ano, o professor PDE afasta-se de suas atividades em 100% para uma dedicação mais apurada a cursos e estudos de fundamentação teórica e, no segundo ano, em 25% para uma atuação mais prática.

Organicamente, foi promovida uma parceria com as Instituições Públicas de Ensino Superior do Paraná, decorrente da percepção de que a essência do Programa encontra-se na reflexão pedagógica crítica nelas produzida. Dessa forma, o Programa ultrapassa os limites da ação proposta, pois viabiliza uma real integração entre a formação inicial e a formação continuada dos egressos de graduação, que poderá resultar em melhorias na qualidade de ensino.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação (2008), esse modelo de Formação Continuada proporciona, ao professor ingresso neste programa, o retorno às atividades acadêmicas de sua área de formação inicial. Este, realizado de forma presencial nas Universidades públicas do Estado do Paraná e de forma semi-presencial no permanente contato do professor PDE com os demais professores da rede pública estadual de ensino, apoiados com os suportes tecnológicos necessários ao desenvolvimento e divulgação das atividades.

O programa, de caráter inter-institucional, envolve, além da própria SEED, as cinco Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná (UEL, UEM, UNICENTRO, UNIOESTE e UEPG) e as duas Instituições Federais (UFPR e UTFPR).

Este programa objetiva proporcionar aos professores da rede pública estadual subsídios teórico-metodológicos para o desenvolvimento de ações educacionais sistematizadas, e que resultem em rever sua prática.

O professor PDE inicia suas atividades nesse processo de Formação Continuada elaborando um Plano de Trabalho com a orientação do professor orientador da Instituição de Ensino Superior (IES). O Plano de Trabalho constitui uma proposta de intervenção na realidade escolar, estruturada a partir de três grandes eixos: 1º - a proposta de estudo – desenvolvida ao longo de dois anos, 2º - a elaboração de material didático – aplicado em escolas, 3º - a orientação de Grupo de Trabalho em Rede – que envolve um grupo de professores da rede pública estadual.

### **3 – O Legado Religioso dos Afro-Descendentes**

Ao dar início às atividades do programa através da elaboração do Plano de Trabalho, optou-se por estudar religiões Afro-descendentes e suas influências na formação histórico-cultural brasileira: contribuições para o tratamento do tema no ensino de História.

O trabalho versa sobre o legado dos afro-descendentes no Brasil, com ênfase nas suas práticas religiosas, constituindo um estudo que possa contribuir para o ensino de História com a produção de subsídios para que os professores abordem o tema respaldado em argumentos consistentes e referências bibliográficas sobre os Afro-descendentes, pois as produções acadêmicas necessitam de transposição didática com linguagem adequada para as aulas de História na educação básica.

Este trabalho se justifica a princípio pela obrigatoriedade da inserção dos conteúdos de História e Cultura Afro-brasileiras nos currículos escolares, conforme Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

Prevê a lei que, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando as contribuições do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

A lei busca valorizar devidamente a história e cultura do povo negro, na esperança de não apenas elevar a auto-estima e compreensão de sua etnia, mas de todas as etnias, na perspectiva da afirmação de uma sociedade multicultural e pluriétnica.

O sucesso e efetivação da lei dependem necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagem; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, da reeducação das relações entre negros e brancos, e orientações principalmente aos professores no trato desta temática nas escolas, especialmente nas aulas de História, abordando com profundidade a história da África.

A lei provoca, bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, possibilitando uma visão mais abrangente e real dos Afro-brasileiros e seu legado religioso. Lei esta que foi alterada pela Lei 11.645 /08 que inclui também a questão indígena com a seguinte redação:

“Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Para tanto, a escola deve estar atenta a valorização da cultura do negro e do indígena no currículo escolar; se os conteúdos das várias disciplinas da grade curricular têm proporcionado ao aluno(a) negro(a) e indígena o reconhecimento de sua cultura e da participação de seus ancestrais na formação da nação brasileira”; (BRASIL, Constituição da República Federativa... Art. 26-A).

Este trabalho se justifica, também, a partir do pressuposto de que a inserção dos conteúdos de História e cultura afro-brasileira e africana nos

currículos escolares, contemplada nos conteúdos específicos das Diretrizes Curriculares de História para a Educação Básica do Estado do Paraná, exige que os professores disponham de subsídios teórico-metodológicos para o desenvolvimento deste tema em sala de aula.

A princípio pode-se supor que haja um certo constrangimento dos professores ao propor o trabalho com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana. Esse desconforto, remete a uma formação limitada sobre a temática, a escassez de material didático adequada e ao necessário enfrentamento de situações de preconceito e de racismo que também estão presentes na escola.

Diante desse quadro e da necessária incorporação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos e, de forma mais efetiva, nas aulas de História, foi elaborado como contribuição a essa nova demanda, a produção de material didático voltado para o tema. No processo de construção desse estudo identifica-se uma boa quantidade de produções acadêmicas que se ocupam das questões relativas à história e cultura afro-brasileira e africana, porém esses trabalhos necessitam de transposição para a linguagem didática, o que justificou este estudo e elaboração de material de apoio aos professores.

Como é impossível dar conta de toda a história e cultura afro-brasileira e africana, considerando os limites deste trabalho como professor PDE, elege-se como objeto de estudos e de produção de material didático “as tradições religiosas de matriz africana”.

Por que o legado religioso dos Afro-descendentes não é historicamente reconhecido pela sociedade brasileira? E como esta questão poderia ser trabalhada no ensino de História para que o problema possa ser superado?

Segundo Prandi (2001), existe, em nosso país, expressão religiosa cuja matriz encontra-se no continente africano. Trata-se de um legado dos povos que foram trazidos da África como escravos, durante mais de três séculos de vigência do regime escravista. O conteúdo dessas religiões vem sendo preservado, mesmo diante da perseguição dos senhores de engenho e da hostilidade e da vigilância que historicamente vem sendo praticada pela Igreja Católica, ainda assim, as religiões de matriz africana continuam presentes em nosso meio.

Essas religiões trazem códigos sócio-culturais e uma rica linguagem simbólica e também trocas comunitárias que partilham saberes, experiências de vida, festas e rituais, um rico legado construído pelos africanos e pelos afro-descendentes.

Os adeptos destas religiões, historicamente, vêm sofrendo ataques e discriminações, inclusive nas escolas onde a intolerância religiosa pode ser constatada por meio de relatos sobre os terreiros de candomblé e os centros de umbanda, como espaços onde as pessoas são possuídas por entidades diabólicas, bem como de “brincadeiras” de alunos que apelidam colegas como macumbeiros, feiticeiros e coisas do gênero.

Outra questão seria a diabolização do transe espiritual e o despreparo de professores em lidar com a questão, sendo que muitos adeptos das religiões de matriz africana têm medo de dizer o nome da religião à qual pertencem para não sofrerem com as reações de preconceito e intolerância, resultantes da sua confissão. Este problema pode e deve ser estudado nas aulas de História.

Embora a liberdade de consciência e de crença seja um dos direitos e garantias fundamentais do cidadão existentes na Constituição Brasileira, bem como o livre exercício dos cultos religiosos (BRASIL, Constituição da República Federativa... Art. 5º, VI), os organismos de implementação de políticas educacionais, muitas vezes, continuam desconsiderando a existência de religiões de matriz africana no Brasil.

Neste sentido, no que se pode chamar de imaginário coletivo da sociedade brasileira, o estereótipo “macumba” é igual à magia negra, feitiçaria, trabalhos de encruzilhadas, etc. Há programas de televisão que veiculam esse tipo de mensagem. Aqui vale ressaltar que até a realização do Concílio Vaticano II (1962), a Igreja Católica também tinha orientações contra o que chamava de baixo espiritismo (Ortiz, 1978). Havia, inclusive, uma ameaça de excomunhão para quem participasse de “macumba”, considerada, na década de cinquenta, pelo Cardeal Motta, “um dos maiores atentados à fé, contra a moral, contra nossos foros de educação, contra a higiene e contra a segurança” (Ortiz, 1978: 182). Uma verdadeira cruzada foi realizada para combater a expansão da Umbanda entre o segmento das classes médias. A Igreja Católica só mudou de posição em relação

à “macumba” depois das deliberações do Concílio Vaticano II, que tratou das questões missionárias.

Se, por um lado, a Igreja Católica no Brasil, oficialmente, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, vem mudando de posicionamento, por exemplo, ao publicar em 1976, novas orientações pastorais para o tratamento respeitoso da “Macumba e dos Cultos Afro-Brasileiros” (CNBB-Leste 1, 1976); por outro lado, a partir da década de oitenta, a expansão das igrejas neopentecostais vem coincidindo com a deflagração de uma cruzada cristã contra pessoas e templos das religiões afro-brasileiras, inclusive com invasão organizada a templos e cerimônias religiosas (Rezende, 2004).

Compreender os fundamentos das religiões de matriz africanas, por meio de aulas de História, como códigos sócio-culturais, referentes a uma outra forma de sociabilidade, pode ser um dos caminhos para afastar atitudes como a indiferença, a intolerância e o preconceito na educação escolar. Essa perspectiva de compreensão contribui para que o estudante negro e, também o não-negro, adeptos das religiões de matriz africana, possam ver sua religião ser abordada na escola, especialmente no ensino da história, como uma referência identitária positiva. Isso exige um esforço muito grande de professores, com relação à mudança de mentalidade e práticas educativas que poderá acontecer por meio do estudo desta temática, bem como, de subsídios aos professores com orientações adequadas e materiais que permita o entendimento deste problema.

Pode-se pensar que o aluno cristão, evangélico ou católico, também se beneficiariam com este estudo, já que compreenderiam melhor a inconveniência de uma atitude negativa de intolerância, possibilitando modificá-la.

As questões expostas têm ofuscado o legado religioso dos afro-descendentes, reforçam a necessidade de trabalhar nas aulas de História a temática para que possamos superar esta deficiência, já que nos cursos de graduação em História não há estudos suficiente para que o professor possa trabalhar o tema com segurança em suas aulas.

#### **4 – Fundamentação Teórica**



A história da humanidade, como um todo, teve seu marco inicial na África e foi lá que esse ser, chamado de “primata” pelos antropólogos, iniciou uma marcha que levaria a vida humana até ao *Homo Sapiens*, na atual fase do desenvolvimento humano. Esse começo, segundo Hoornaert (1994) faz com que todos sejamos africanos de origem.

A forte presença das religiões africanas no Brasil se deve à entrada maciça de africanos trazidos pelo tráfico e submetidos à escravidão, desde o século XVI até o século XIX. Foram cerca de quatro milhões de pessoas forçadas a migrar nesse período, provenientes de várias regiões da África: de vasto trecho ao longo da Costa Ocidental, entre o Senegal e a Gâmbia, até Angola (inclusive área do interior, como o Zaire) e também na Costa Oriental, de Moçambique e da Ilha de Madagascar. Esses homens e mulheres instauraram seus terreiros e cultos, mantendo viva a tradição africana e fazendo construir uma cultura de enfrentamento. O colonialismo europeu criou nos africanos uma dupla servidão, pois, desde o momento em que se pôde recorrer a noções de “brancos” e “negros” para nomear, de forma genérica, os colonizadores – vistos como superiores – e os colonizados, os africanos tiveram de lutar contra a escravidão física e psicológica.

Com o tráfico negreiro, que durou quatro séculos, e a colonização, o africano veio a ser, na consciência da sociedade formada pela colonização em geral, uma essência racial imaginária e ilusoriamente inferior: a de negro.

Os africanos se situam na história da América Latina do lado oposto ao dos europeus. Ambos os povos são imigrantes, mas qual não é a diferença entre os donos de escravos e os que vieram aqui amarrados em ferro para servi-los!

Segundo Botas (1997), no Brasil, os negros eram classificados de acordo com os seus portos de embarque na África. Dois grupos destacaram-se nessas várias procedências de terras africanas para terras brasileiras: os sudaneses e os bantos.

Os sudaneses são originários da África Ocidental, das terras hoje nomeadas Nigéria, Benim (ex-Daomé) e Togo. São, entre outros, os iorubas ou nagôs (subdivididos em queto, ijexá, egbá, etc.), os jejes (ewe ou fon) e os fanti-achanti. Entre os sudaneses vieram nações islamizadas como os hauçás, tapas,

peuls, fulas e mandingas. Estes se concentraram nas regiões açucareiras da Bahia e de Pernambuco.

Os bantos são originários das regiões localizadas no atual Congo, Angola e Moçambique. São, por exemplo, os angolas caçanjes. Supõe-se que desse grupo tenha vindo o maior número de africanos, pois sua influência cultural e religiosa é marcante na cultura brasileira: culinária, língua, música, dança, etc. Os negros eram capturados pelos europeus ou comprados em regiões de intenso comércio escravagista. E também, eram vendidos como prisioneiros de nações inimigas ou porque pertenciam a facções rivais dentro das próprias nações.

Segundo Prandi (2001), os afro-descendentes não tinham nada de seu, nem posses, nem direitos. De si eles só tinham a sua memória, a memória de um povo inteiro. Eles sabiam as suas histórias e as contavam para seus filhos e netos, que as transmitiam oralmente às gerações seguintes.

Quando veio a liberdade no final da escravidão, eles já haviam se tornado brasileiros. Suas histórias, seus heróis e sua religião não tinham, contudo evaporado no esvaír do tempo. Tudo fora preservado, tudo estava vivo.

E até hoje essa lembrança está acesa e pertence aos descendentes de antigos escravos africanos e a todos os demais brasileiros que, mesmo não sendo afro-descendentes de sangue, aprenderam a amar as suas histórias, um rico legado deixado para todos nós, através de uma forte tradição oral.

Já em Silva (1994), pode-se ver que a história do desenvolvimento das religiões afro-brasileiras reproduz o processo de contato entre os grupos raciais e sociais formados na sociedade brasileira.

Esse desenvolvimento está marcado por movimentos de dominação e resistência, que repercutem, no plano religioso, nas imposições, contradições e aproximações existentes nas relações entre negros, brancos e índios.

Assim, o que permitiu a sobrevivência das religiões dominadas, como a dos africanos e indígenas, face às pressões do catolicismo, foi o processo contínuo de negociação entre seus praticantes com a lógica dos sistemas religiosos com que entraram em contato.

As semelhanças estruturais existentes entre o catolicismo popular, as religiões indígenas e os cultos africanos (como a devoção às entidades

intercessoras, o aspecto mágico que envolve essa devoção, entre outras características) possibilitaram a tradução e o intercâmbio entre os elementos constituintes desses sistemas religiosos. Dessa forma, uma rica e complexa gama de religiões afro-brasileiras pôde se formar – umas mais próximas das contribuições indígenas e bantos (como a pajelança, o catimbó, o candomblé de caboclo, a umbanda, etc.); outras mais próximas das contribuições jeje-nagô (como o candomblé da Bahia, o xangô do Recife e o tambor-de-mina do Maranhão), gerando um forte sincretismo religioso.

Contudo, direções significativamente diferentes marcaram o desenvolvimento dos dois modelos mais conhecidos destas religiões: o candomblé e a umbanda.

No caso do candomblé, seu movimento de resistência e o interesse por essa religião despertado em pesquisadores, intelectuais e artistas fez com que um número crescente de brancos passasse a vê-lo com maior tolerância e, em muitos casos, até mesmo freqüentando-o.

Segundo Silva (1994), historicamente, foi através da mediação dessas elites que aconteceu a aproximação e inserção das classes médias, pela utilização dos serviços mágicos das mães-de-santo negras. Os mulatos e brancos pobres já freqüentavam os terreiros, recebendo os deuses dos negros nos terreiros fundados por esses ou comandando seus próprios terreiros.

Essa aproximação, que inclui, além dos artistas e intelectuais, autoridades policiais e políticos, fez parte de uma importante estratégia de legitimação da religião diante da sociedade brasileira, na medida em que indicava possibilidades de tradução do candomblé em diferentes dimensões da vida nacional ou, mesmo, de contar com uma proteção informal das autoridades.

A partir da década de 1960, com o questionamento e crítica das influências externas em nossa cultura e dos meios de comunicação de massa, surgem movimentos políticos (de consciência negra e outros) e artísticos (como o tropicalismo) de revalorização dos temas nacionais. A Bahia entrou na moda dos grandes centros urbanos do Sudeste e seus artistas (na maioria ligada ao candomblé, como Jorge Amado, Caribé, Dorival Caymmi, Caetano Veloso e Maria Bethânia, entre outros) difundiram nacionalmente essa religião, incluindo os

personagens do povo-de-santo em sua literatura, as cores e os motivos dos deuses africanos em suas pinturas e os nomes e lendas dos orixás em suas músicas.

A popularidade do candomblé também foi ampliada pela influência dos seus ritmos e danças nas grandes festas populares brasileiras. A crescente valorização da musicalidade e da dança de origem africana fez com que estas rompessem os limites dos terreiros e ganhassem as ruas. Dos xangôs do Recife saíram os maracatus, grupos carnavalescos intimamente ligados às tradições religiosas africanas. Dos candomblés de Salvador saíram os afoxés, versões semiprofanas dos cultos aos orixás, executados por grupos constituídos originariamente de pessoas ligadas ou próximas aos terreiros. O samba, tornado o símbolo da música popular brasileira e diretamente relacionado com a festa mais conhecida e divulgada nacionalmente, o carnaval, teve sua origem no Rio de Janeiro, a partir dos centros aglutinadores das religiões afro-brasileiras. Nessa cidade ficou famosa, por exemplo, a casa de Tia Ciata (Hilária Batista de Almeida), que agrupou intensamente a população negra e se tornou um dos centros mais ativos na propagação da cultura religiosa e musical afro-brasileira (Moura, 1983).

Assim, o candomblé, ao tornar-se símbolo da cultura religiosa brasileira, popularizou-se além dos limites dos grupos que o praticavam originariamente.

Segundo Silva (1996), na umbanda, o mesmo processo de popularização também pôde ser visto. Basta lembrar-se das músicas, por exemplo, de Clara Nunes e Martinho da Vila, freqüentemente inspiradas ou baseadas em “pontos” (cantigas religiosas) da umbanda. Contudo, se no candomblé essa popularização teve como consequência uma forte “folclorização” da religião e sua representação como sobrevivência dos negros, na umbanda, devido à sua ideologia, ela seguiu outros caminhos.

A umbanda, como religião brasileira, patrocinou, no plano mítico, a integração de todas as categorias sociais, principalmente as marginalizadas, por meio de uma nova síntese em que os valores dominantes da religiosidade de classe média (católica e, posteriormente, Kardecista) se abriram às formas populares afro-brasileiras, depurando-as em nome de uma mediação que, no plano do cosmo religioso, representou a convivência das três raças brasileiras.

Nesse sentido, pode-se dizer que, se a umbanda procurou reconstituir nos terreiros pedaços da África no Brasil também como forma de expressar a dificuldade e as restrições encontradas pelos negros para se estabelecerem social e culturalmente como negros e brasileiros na sociedade nacional, a umbanda procurou, pela ação da classe média branca e depois dos segmentos mais baixos da população (negros e mulatos), refazer o Brasil passando pela África, porém depurando-a. Um Brasil onde as mazelas do passado e do presente pudessem ser dirimidas ou recompensadas por meio da confraternização numa nova ordem mítica, na qual índios, negros, pobres, prostitutas e malandras pudessem retornar como espíritos, seja como heróis que souberam superar as privações e opressões que sofreram em vida, sejam como categorias que, ao menos pela evolução espiritual, mantêm viva a esperança de ocupar espaços de prestígio que a ordem social sempre lhes negou.

Segundo Bastide (1989), esta longa caminhada dos afro-descendentes no Brasil, gerou um forte sincretismo religioso, pois os negros nas senzalas cantavam e dançavam em louvor aos Orixás, entretanto seus senhores não gostavam, e tentavam convertê-los a fé cristã, aqueles que não se convertiam eram cruelmente castigados, então ocorre o sincretismo, em que os negros africanos associavam os Orixás aos santos católicos de seus senhores, por exemplo Oxalá a Jesus Cristo. Embora aos olhos dos brancos eles estavam comemorando os Santos católicos, na verdade estavam cultuando seus amados Orixás. Em meio a essas comemorações eles começaram a incorporar espíritos ditos Preto-Velhos (reconhecidos como espíritos de ancestrais, escravos mais velhos que, em vida, eram conselheiros e sabiam as antigas artes da religião da distante África) que iniciaram a ajuda espiritual e o alívio do sofrimento, àqueles que estavam no cativeiro.

Muitos escravos fugiam, formando os quilombos, onde além de escravos africanos e afro-descendentes e seus filhos nascidos nos quilombos, havia uma população de brancos pobres e descontentes com o governo e instituições brasileiras, e muitos índios que se ligavam aos quilombos por questões comerciais e de segurança que tinham o mesmo templo para as práticas das diferentes religiões de seus habitantes de tantas origens. Como nem sempre havia padres

disponíveis, pois os quilombos muitas vezes tinham localizações secretas, começou a se fundir às religiões, africanas e indígenas num único culto, fortalecendo ainda mais o sincretismo.

Com os escravos foragidos e posteriormente libertos começou a montagem das tendas, posteriormente terreiros.

Em alguns Candomblés também começaram a incorporar Caboclos (índios das terras brasileiras como Pajés e Caciques) que foram elevados à categoria de ancestral e passaram a ser louvados. O exemplo disso são os ditos “Candomblés de Caboclos”, muito comuns no norte e nordeste do Brasil até hoje.

Ressalta-se, também, para esta temática, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), que estabelece entre outras as políticas de reparação voltadas para a educação dos negros que devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de reconhecimento do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira, com políticas que valorize o legado deixado pelos africanos.

Segundo Silva (2007), ao tornar obrigatório o ensino da temática história e cultura afro-brasileira em todos os níveis de ensino, busca-se problematizar a diversidade em todos os níveis, em especial a racial e cultural, como um conhecimento que valorize e promova respeito à diversidade de nosso país. Definidos os objetivos, torna-se necessário apontar as fontes para o trabalho com essa temática em sala de aula.

Também a Secretaria de Estado da Educação, através dos Cadernos Temáticos: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Educação para as relações étnico-raciais (2005), aborda esta temática, é composto dos preceitos legais relativos à inserção dos conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e de atividades que proporciona a alunos, professores e comunidade a oportunidade de reconhecer e valorizar as contribuições desta cultura nas relações sociais em nosso país.

Além dos Cadernos Temáticos, a Secretaria de Estado da Educação enfatiza este tema nas Diretrizes Curriculares de História (2006), através dos conteúdos específicos apontando para o tratamento da temática nas aulas de história.

Sobre o ensino de História as referidas Diretrizes fazem uma revisão do período da década de 1970 aos dias atuais, analisando as principais características do currículo da disciplina, suas permanências, mudanças, rupturas, aponta uma perspectiva de inclusão social, considerando a diversidade cultural que busque contemplar novas demandas da sociedade, entre elas, o cumprimento da Lei n. 10.639/03 sobre a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Possibilita reflexões a respeito dos contextos históricos em que os saberes foram produzidos. A organização do currículo para o ensino de História tem como referência os conteúdos estruturantes, entre eles a dimensão cultural, que aponta, entre outras, a Nova História Cultural, onde o ensino de História pode se beneficiar dessa corrente historiográfica, porque valoriza, também, a diversificação de documentos na construção do conhecimento histórico que podem desenvolver consciência histórica que leve em conta as diversas práticas culturais dos sujeitos. Para Chartier (1987), a cultura não é situada nem acima nem abaixo das relações econômicas e sociais.

No estado do Paraná a participação dos afro-descendentes foi marcante. O início da presença africana no atual território paranaense ocorreu na procura de ouro de aluvião, pois eram os práticos na mineração. Posteriormente a presença africana ocorreu no tropeirismo, setor hegemônico da economia entre os séculos XVIII e XIX. Neste período o número de escravos africanos/afrodescendentes aumentará constantemente. Eram eles que realizavam muitas das tarefas especializadas: carpinteiros, marceneiros, tropeiros, agricultores, entre outras. No caso da extração do mate, também temos a presença dos negros, fornecendo mão-de-obra, com realizações culturais em nosso estado.

Porém, ao longo de sua história, tendeu-se a priorizar o relato a respeito dos imigrantes, minimizando-se a presença e a participação da população negra na construção da economia, história, cultura e política do nosso estado, com uma abordagem histórica eurocêntrica.

Esse processo, ao tentar excluir os afro-descendentes, distorceu valores, conceitos e a própria identidade paranaense, trazendo conseqüências para o desenvolvimento de sua população, ofuscando um legado que influenciou na formação do Paraná.

A presença dos negros no Estado do Paraná foi omitida e a historiografia tradicional relativizou a importância dos negros embasando-se muitas vezes, na inexistência de grandes plantéis de escravos negros para justificar essa teoria. Felizmente hoje esta afirmação vem sendo revisada e autores como Pena (1999) já procuram tratar dos afro-descendentes e da escravidão no Paraná sob outra ótica, mostrando o negro como um sujeito atuante da história, desmistificando assim a idéia de passividade que por tantos anos foi delegada a ele.

Ianni (1962), ressalta também a presença dos negros em atividades econômicas desde os primórdios da História do Paraná, primeiro o indígena foi explorado como mão-de-obra e depois o africano. Nos engenhos do mate era a força do braço negro escravizado ou livre que movia a produção. Como podemos verificar:

“O grande contingente populacional de não-brancos sugere que os engenhos de mate utilizavam simultaneamente o trabalho de escravos e de jornaleiros livres negros e mulatos. Os serviços portuários de carga e descarga de navios nos portos de Antonina e Paranaguá também utilizavam mão-de-obra negra, livre ou escravizada em grande escala”. (PEREIRA, 1996 p. 60)

A presença de escravos ao lado dos trabalhadores livres, exercendo as mesmas funções era uma constante. Durante muitas décadas o negro, foi a mão de obra para a produção econômica do Brasil, sendo de fundamental importância para a formação de riquezas.

Autores paranaenses, como Wilson Martins, Bento Munhoz da Rocha Netto, entre outros, insistiram na tese de que no Paraná a presença dos afro-descendentes foi insignificante, o que foi fortemente combatido por Pena (1999) em seus estudos.

A participação dos Afro-descendentes na História do Paraná esta sendo analisada visando a importância deste estudo e mais uma vez ressaltar que, diferente do que muitos autores já tentaram demonstrar, a presença dos afro-descendentes foi uma constante na realidade paranaense.



Segundo Ianni (1962), a capital paranaense foi marcada pelo trabalho escravo como todas as outras regiões brasileiras, porém cada proprietário possuía um número pequeno de escravos, geralmente não excedendo ao número de cinco. Era muito comum que as famílias possuíssem pelo menos um escravo para os serviços domésticos ou para aluguel, mesmo as famílias mais pobres. Nisso consistia o ingresso na classe dos senhores, classe privilegiada a que todos aspiravam pertencer.

A presença do negro é percebida em documentos da época como Leis e Decretos da Câmara Municipal regulamentando a relação entre escravizados e proprietários, nos periódicos locais e também nos relatórios dos chefes de polícia.

Também ressalta a utilização da mão-de-obra escravizada na indústria do mate no Paraná, além da indústria do mate, o autor relaciona o negro em todas as atividades de destaque na economia paranaense, como a pecuária, a lavoura e a extração de ouro, afirmando que

“As peculiaridades do trabalho determinadas pelos sistemas produtivos básicos, serão naturalmente diversas em cada caso, mas a sua natureza fundamental será preponderantemente escrava”. (IANNI, 1962, p. 32).

Assim, ainda nos primórdios da ocupação do território paranaense, o negro esteve presente, desde as expedições de pilhagem e seqüestro de indígenas organizadas pelos bandeirantes paulistas até a ocupação do planalto curitibano e demais regiões, onde o escravo - indígena ou negro e seus descendentes – esteve presente, cumprindo um importante papel na construção de vilas, cidades e de fortunas paranaenses.

## **5 – Produção didático- pedagógica – Folhas.**

Uma das atividades do professor PDE consiste na produção didático-pedagógica pertinente ao seu objeto de estudos no caso o legado religioso dos afro-descendentes com o acompanhamento do orientador que participou do processo de elaboração; devidamente sistematizado no Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola. Todo o estudo feito ao longo do período de afastamento das atividades foi organizado, entre outros, através de uma produção didático-pedagógica utilizada durante a implementação da proposta com os alunos. No

caso optou-se por produzir um Folhas que aborda questões relacionadas ao legado religioso dos Afro-descendentes na formação Histórico-cultural brasileira, oportunizando contribuições para o tratamento do tema no ensino de História; além disso, faz referências a contos relativos as tradições afro que têm a oralidade muito presente em seu cotidiano.

O Folhas, construído no transcorrer deste programa com a colaboração do professor orientador e dos professores do Grupo de Trabalho em Rede que participaram na produção deste recurso didático e tiveram a oportunidade de aplicá-lo nas aulas com os seus alunos já que estão atuando em sala de aula, portanto, trata-se de um recurso didático construído e aplicado por professores da rede. Mas o que é um Folhas? O Folhas consiste na produção colaborativa, pelos profissionais da educação, de textos de conteúdos pedagógicos que constituirão material didático para os alunos e apoio ao trabalho docente.

Segundo a Secretaria de Estado da Educação (2008), o Projeto Folhas é um projeto de Formação Continuada que oportuniza ao profissional da educação a reflexão sobre sua concepção de ciência, conhecimento e disciplina, que influencia a prática docente e integra o projeto de formação continuada e valorização dos profissionais da Educação da Rede Estadual do Paraná.

Nessa perspectiva, este material didático produzido, pode não só auxiliar na compreensão da temática abordada como também contribuir para a sua aplicação nas aulas com os alunos.

Nesta construção, foi de extrema importância a fundamentação teórica do professor, ao longo dos estudos ocorridos na Universidade para situar-se pedagogicamente, tendo em vista os objetivos aos quais se destina a sua produção – a escola pública. Ressalta-se também a importância das orientações e sugestões vindas da Coordenação Estadual do PDE para a Produção Didático-Pedagógica, sugerindo várias possibilidades.

O Folhas produzido aborda questões relacionadas ao legado religioso dos Afro-descendentes na formação Histórico-cultural brasileira, oportunizando contribuições para o tratamento do tema no ensino de História; além disso, faz referências a contos de origem africana que tem a oralidade muito presente em seu cotidiano, como meio de conhecer seu legado cultural e religioso. Com a

vinda dos negros para o Brasil, vieram também suas histórias, seus personagens e seus conhecimentos que continuam presentes na vida de muitos brasileiros. Através dos aspectos enfocados, é possível reconhecer a cultura afro e sua importância para a formação cultural e religiosa do Brasil. Uma forma prática para que aconteça a inserção dos conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares.

O Folhas em seu início propõe aos alunos a investigação da cultura afro-descendente, em especial o legado religioso, fazendo alusões a alguns contos populares brasileiros relativos às tradições religiosas predominantes na cultura e na história do Brasil, no caso, a cristã; como, por exemplo, as parábolas dos evangelhos. Ou, ainda, a história de algumas pessoas que tiveram uma vida voltada para a religiosidade e que posteriormente foram consideradas pela Igreja Católica como santificadas. É o caso, por exemplo, de São Francisco de Assis e Santa Clara, ou as histórias de anjos.

Destaca a importância do respeito à diversidade cultural e religiosa, que é uma característica marcante do Brasil. A liberdade de consciência e de crença é um dos direitos e garantias fundamentais do cidadão existentes na Constituição do Brasil, bem como o livre exercício dos cultos religiosos.

As tradições religiosas possuem vários contos e histórias. Por meio deles, é possível conhecer um pouco mais sobre outras tradições religiosas que não seja a sua, já que no Brasil a diversidade cultural e religiosa é uma característica muito marcante e que deve ser estudada e compreendida para superar toda e qualquer forma de discriminação.

Sobre a vinda dos negros para o Brasil, ressalta-se no Folhas que a origem da humanidade teve seu marco na África e foi lá que esse ser, chamado de “primata” pelos antropólogos, iniciou uma marcha que levaria a vida humana até ao Homo sapiens, o atual estágio biológico e antropológico do desenvolvimento humano. Esse começo faz com que todos nós sejamos africanos de origem.

Já na História Moderna, a forte presença dos africanos no Brasil se deveu ao tráfico de escravos, trazidos e submetidos à escravidão, desde o século XVI

até o século XIX. Foram cerca de quatro milhões de pessoas forçadas a migrar nesse período, provenientes de várias regiões da África.

Os negros eram capturados pelos europeus ou comprados em regiões de intenso comércio escravagista. E, também, eram vendidos os prisioneiros de nações inimigas ou porque pertenciam a facções rivais dentro das próprias nações.

Quando conquistaram a liberdade, no final da escravidão, eles já haviam se tornado brasileiros. Suas histórias, seus heróis e sua religião de suas origens não tinham, contudo, evaporado no esvaio do tempo. Quase tudo fora preservado, mesmo que adaptado, mas estava vivo.

E, até hoje, essa lembrança está acesa e pertence aos descendentes de antigos escravos africanos e aos demais brasileiros, que, mesmo não sendo afro-descendentes de sangue, aprenderam a amar as suas histórias, um rico legado deixado para nós, por meio de uma forte tradição oral.

Propõe o Folhas a investigação de imagens e contos populares de origem afro-descendente, como exemplo de herança histórico-cultural, realizando leituras e discutindo com os colegas de turma como e quando estes contos chegaram ao Brasil e qual a influência na cultura e religiosidade do povo brasileiro.

Apresenta contos de origem africana como forma de demonstrar aos alunos a importância do legado religioso dos afro-descendentes.

Aborda também sobre o som dos atabaques, que em sua disposição rítmica, é muito utilizado nos rituais Afros. Configuram um mundo sonoro de grande complexidade e riqueza musical. A percussão para eles é a "voz das divindades". Para cada Orixá há um toque específico.

Atabaques são tradicionalmente usados para acompanhar danças em rituais. Eles também representam o bater do coração e, conforme o ritmo utilizado, tem usos diferenciados, inclusive de poderes mágicos. É uma das formas de invocar os Orixás nos rituais.

Ao longo do Folhas são propostas atividades que envolvem os alunos com o tema e finaliza abordando a questão dos afro-descendentes no Estado do Paraná.

As fontes utilizadas para a elaboração deste Folhas estão relacionadas nas referências bibliográfica deste artigo.

## **6 - Grupo de Trabalho em Rede – GTR**

Outra importante atividade do PDE são os Grupos de Trabalho em Rede – GTR, que se caracterizam pela interação virtual entre o Professor PDE e os demais professores da rede pública estadual, e busca efetivar um processo de Formação Continuada.

O Professor PDE é denominado tutor de um GTR, conforme sua disciplina ou área de seleção no Programa. Já em relação aos participantes do GTR, todos professores do Quadro Próprio do Magistério em exercício na Rede Pública Estadual, foram organizados em Grupos pela SEED conforme sua área de concurso e participam do GTR por adesão.

Cabe aos Professores PDE/Tutores:

- encaminhar materiais (documentos, textos, entre outros) aos respectivos participantes do GTR;
- acompanhar as atividades do GTR, registrando-as de acordo com as orientações da Coordenação Estadual do PDE;
- após a finalização das atividades do seu GTR, enviar ao seu respectivo NRE a relação final dos professores que concluíram o processo de interação proposto.

As atividades foram desenvolvidas à distância, em ambiente virtual, utilizando uma plataforma específica para as atividades. Quanto ao seu funcionamento, os professores participantes do GTR receberam orientações para poder interagir na busca do conhecimento bem como orientações, quando necessário, dos Assessores da Coordenação Regional de Tecnologia em Educação – CRTE.

As atividades do GTR foram divididas em seis módulos, como segue:

O primeiro foi direcionado para os contatos iniciais dos seus membros, sendo promovida a socialização do Grupo, e solicitado a cada participante sua

apresentação, no sentido de dar início a um primeiro diálogo no qual fossem manifestadas principalmente as expectativas sobre esta nova maneira de formação continuada.

O segundo foi organizado para Estudos Orientados com a solicitação da leitura de dois textos: “O conhecimento a serviço do desenvolvimento – uma revolução - conhecimento e prática” de Lizia Helena Nagel e “A pesquisa participante na docência a busca do diálogo na construção do saber” de Carlos Rodrigues Brandão, textos disponibilizados na plataforma do ambiente.

Os professores participantes, após a leitura dos textos, formularam seu posicionamento com justificativa e a relação dos mesmos com a sua disciplina, dando início à discussão pedagógica, utilizando-se do fórum de discussão do ambiente.

Importa ressaltar que o fórum de discussões foi uma ferramenta da plataforma amplamente utilizada ao longo do curso. Nesta primeira discussão os professores participaram ativamente dos debates, manifestando sua opinião sobre o texto lido e fazendo a ligação com a sua prática pedagógica.

O terceiro módulo foi utilizado para a análise do Plano de Trabalho, objeto central deste artigo. Foram socializados os conteúdos do Plano de Trabalho para o PDE e solicitado aos alunos que procedessem uma análise, sendo considerado os seguintes itens:

- Título e problematização do tema;
- Descrição do objeto de estudo;
- Fundamentação teórica;
- Desenvolvimento metodológico;
- Referências.

Após a leitura do Plano, foi solicitada aos professores a avaliação da sua pertinência para a Educação Básica e o relato das suas observações; a apreciação e análise do Plano - sua viabilidade, suas considerações e relação com às Diretrizes Curriculares de História.

As observações feitas no fórum ficaram à disposição de todos os participantes do GTR para uma interação sobre o mesmo.

Neste módulo os alunos tiveram a oportunidade, pela primeira vez, de manifestarem sua posição sobre o objeto deste estudo: O legado religioso dos afro-descendentes.

Pelos posicionamentos foi possível perceber que o tema, em princípio, interessa aos professores; porém, apontaram as dificuldades em trabalhar tal conteúdo em sala de aula por falta de estudos (fundamentação teórica) na formação acadêmica (graduação).

O quarto módulo contemplou a discussão a respeito do Material Didático. Com base no Plano de Trabalho analisado no módulo anterior, a proposta foi a elaboração de material didático a partir de um Folhas. Como exemplo, foi disponibilizado um esboço do Folhas em processo de construção, também no sentido de que fosse analisado pelos membros do GTR enquanto proposta de material didático.

O resultado das análises se mostraram pertinentes e apresentadas em forma de sugestões quanto a viabilidade da proposta nas aulas, o que em muito contribuiu para a montagem final do Folhas.

No decorrer do quinto módulo ocorreu a proposta de intervenção na Escola, através da elaboração e conclusão do Folhas, com as sugestões apresentadas pelos professores do GTR no módulo anterior.

No sexto módulo ocorreu a implementação da proposta na Escola, através da aplicação do Folhas nas salas de aula - objeto de análise no módulo anterior -, construído com a participação dos membros do GTR.

De início foi solicitado um plano de aula para a aplicação do Folhas em uma das turmas de atuação do professor GTR. Este plano de aula foi postado na plataforma do módulo para análise.

Em seguida coube aos professores relatar como ocorreu o desenvolvimento do Folhas e a aceitação do tema (se os alunos aprovaram ou não, se os objetivos propostos foram atingidos). Enfim, uma análise da implementação da proposta na escola.

Solicitou-se também junto aos professores que compartilhassem este trabalho com a escola, para que outros docentes também pudessem aplicar o

Folhas em suas aulas, no sentido de promover discussões sobre esta temática e relatar como transcorreram o envolvimento da escola e dos colegas.

No relato, mencionam que o Folhas teve aceitação da parte dos alunos, e apontaram algumas dificuldades devido ao preconceito com as religiões afro. Porém as aulas transcorreram com boa participação dos alunos.

Os professores das demais disciplinas também aprovaram o Folhas e tiveram a oportunidade de aproveitar partes do mesmo para utilizar em suas aulas ao tratar desta temática.

As escolas estão tendo a oportunidade de discutirem o tema, já que a Lei 10.639/93 para a Educação das Relações Étnico-Raciais prevê a sua obrigatoriedade no currículo escolar. O que se observou neste trabalho, porém, é que de modo geral os docentes preferem não abordar o tema 'legado religioso dos afro-descendentes' em suas aulas em função do pouco conhecimento que tem sobre o mesmo.

Esta foi a última atividade desenvolvida do Grupo de Trabalho em Rede.

Finalizando, após os estudos com os membros do GTR, conclui-se que o tema “legado religioso dos afro-descendentes” é pouco abordado pelos professores, apesar da obrigatoriedade da Lei 10.639/93, e que grande é a demanda por material didático-pedagógico de apoio para estudos na formação continuada dos docentes da Rede Pública Estadual que possam contribuir nas questões de fundamentação e metodologias aplicáveis na temática em questão.

## **7 – Proposta de Implementação na Escola**

Ao longo do terceiro período do PDE o professor que se encontra afastado, retorna ao seu estabelecimento de ensino onde está lotado para efetivar a Proposta de Implementação na Escola. Esta atividade compreende a aplicação planejada, acompanhada e constantemente avaliada através do projeto de trabalho do professor PDE, pertinente ao seu objeto de estudo e desenvolvida ao longo das orientações, cursos e produções ocorridas durante o primeiro ano do Programa.



A Proposta tem o objetivo de aplicar na Escola de lotação do Professor PDE, os conhecimentos adquiridos no decorrer do Programa, como forma de efetivar a relação teoria/prática, visa principalmente, enfrentar e superar as fragilidades e problemas encontrados na disciplina do Professor PDE, investigados e constatados com base no objeto de estudo estudado no decorrer do Programa. A implementação da Proposta tem como locus o ambiente escolar e conseqüentemente, a melhoria na qualidade do Sistema Educacional.

O acompanhamento, a discussão constante e consensuada, assim como os fundamentos teóricos proporcionados pelo Orientador, foram extremamente necessários e significativos para o desenvolvimento proveitoso da Implementação Proposta na Escola.

A Proposta de Implementação foi estendida além do âmbito da escola de lotação, com debates e estudos ocorridos no interior da própria UFPR, através de reuniões de estudos e com professores de outras escolas, em encontros com os professores de várias áreas de ensino aos sábados realizadas pelo Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte.

A Proposta efetivou-se através da articulação de ações no Colégio Estadual do Paraná, local da implementação, envolvendo a Direção, a Equipe Pedagógica e os Professores, principalmente os professores de História, sendo utilizada a Hora-atividade concentrada onde reuniam-se todas as segundas-feiras. Neste espaço o tema foi discutido e colocado a disposição vários textos de apoio para o trato do tema nas aulas, também foi compartilhado o material produzido, entre eles, o Plano de Trabalho e o Folhas que foi aplicado nas aulas por alguns professores. Com os professores das demais áreas do conhecimento aconteceram vários contatos e orientações sobre como tratar do tema afro em suas aulas, atendendo ao dispositivo legal e interesse dos alunos.

O diálogo e o envolvimento dos colegas Professores de área foi muito importante para o êxito da proposta, neste sentido, foi tornando-se coletiva, pois com esta participação a proposta pode ser avaliada por um número grande de colegas da área.

Ao dar início na implementação da proposta uma das primeiras providências foi elaborar um cronograma de atividades apresentado, a princípio

para a Direção da Escola, que deu todo o apoio possível para sua efetivação. Em um segundo momento o referido cronograma foi apresentado para a equipe pedagógica da escola que também se prontificou a acompanhar a implementação dando todo o apoio que se fez necessário, com sugestões e orientações com reais propósitos para sua efetivação e importância para a escola.

Assim, a proposta foi intitulada: “O legado religioso dos Afro-descendentes na formação histórico-cultural brasileira: contribuições para o tratamento do tema no ensino de História”, implementada no Colégio Estadual do Paraná. Ocorrendo com os alunos através da aplicação do Folhas nas turmas do Ensino Fundamental e Médio, com os professores e equipe pedagógica através de reuniões e debates sobre a temática, enfatizando a importância da Inserção dos conteúdos de História e Cultura Afro-brasileiras nos currículos escolares, conforme Lei nº 10.639/03. É necessário ressaltar que há um certo constrangimento ao trabalhar a questão dos afro-descendentes, provocando desconforto nos professores, pois remete à questão dos atritos raciais que são polêmicos, daí a necessidade de discussão e produção de material de apoio que de segurança aos professores quando tratar esta temática.

As ações desenvolvidas ao longo do cronograma de atividades da implementação foram as seguintes:

- 1 – Implementação da Proposta com os alunos do Ensino Fundamental, através do Folhas, conforme material didático elaborado, aplicado na 6ª série “A” .
- 2 - Implementação da Proposta com os alunos do Ensino Médio, através do Folhas, conforme material didático elaborado, aplicado no 3º ano da turma 3 EMA.
- 3 - Implementação da proposta com o corpo docente, equipe pedagógica, direção e comissão que trata das questões afro do colégio, através de contatos e reuniões onde foi apresentado a proposta, o Folhas produzido com cópias para sugestões e críticas, debate com os professores sobre as possibilidades de aplicação em suas turmas, discussão de ações para serem efetivas nas aulas, disponibilização de material de apoio aos pedagogos e professores, debates sobre a lei 10.639/03, planejamento de ações para serem efetivas ao longo do ano letivo sobre a

questão afro. Estas ações ocorreram nas seguintes datas: 13/02, 18/02, 25/02, 03/03, 10/03, 24/03, 31/03, 07/04, 14/04, 05/05, 12/05, 19/05, 02/06, 09/06, 16/06.

4 - Implementação da proposta especificamente com os professores de História, utilizando-se a hora-atividade concentrada, com reuniões e contatos onde foram apresentadas e discutidas as propostas de implementação, o Folhas produzido com debates e possibilidades de aplicação com cópias aos professores, discussão da lei 10.639/03, disponibilização de textos de apoio sobre a temática, ações para serem efetivadas nas aulas, reflexões sobre o Plano de trabalho docente e a inserção da história e cultura afro. Ações ocorridas nas seguintes datas: 18/02, 25/02, 03/03, 10/03, 24/03, 31/03, 07/04, 14/04, 05/05, 12/05, 19/05, 02/06, 09/06, 16/06.

Após a aplicação da proposta foi dado o parecer de acompanhamento da equipe pedagógica da escola, sendo registradas as seguintes observações:

- 1- O tema abordado foi considerado muito relevante para atender os problemas da realidade escolar.
- 2- A articulação do professor PDE com a equipe Pedagógica foi considerado excelente.
- 3- A articulação do professor PDE com a Equipe Gestora da Escola também foi excelente.
- 4- A articulação do professor PDE com os professores também foi considerada excelentes pela equipe que fez a avaliação.
- 5- Foi confirmada a existência de compromisso do professor PDE com a implementação das ações previstas na proposta.
- 6- Também se confirmou a iniciativa do professor durante a implementação da proposta na busca de soluções para os entraves encontrados.
- 7- O cronograma estabelecido pelo professor PDE para a execução das ações na escola foi cumprido.
- 8- A análise dos resultados alcançados foi considerada excelente.

O parecer conclusivo da equipe pedagógica e da direção da escola foi que o tema abordado é relevante para a realidade da escola e que contribuiu com importantes reflexões sobre a questão afro e o Legado religioso dos Afro-descendentes.

## **Considerações Finais**

Diante do exposto, foi constatado que ao abordar esta temática, exige-se que os professores disponham de subsídios teórico-metodológicos para o seu desenvolvimento em sala de aula.

Identifica-se também uma boa quantidade de produções acadêmicas, que se ocupam das questões relativas à história e cultura afro-brasileira e africana, porém esses trabalhos necessitam de transposição para a linguagem didática, o que justificou este estudo e a elaboração do material de apoio aos professores.

Constatou-se também que há um certo constrangimento dos professores, ao propor o trabalho sobre as questões afro. Esse desconforto, remete a uma formação limitada sobre a temática, a escassez de material didático adequada e ao necessário enfrentamento a situações de preconceito e racismo que estão presentes na escola.

A lei 11.645/08, que prevê a inserção dos conteúdos de história e cultura afro nas escolas, não dá conta do seu sucesso e sua efetivação, pois depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagem. Em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende, também, da reeducação das relações entre negros e brancos, e orientações principalmente aos professores no trato desta temática nas escolas, especialmente nas aulas de história, abordando com profundidade a história da África.

Ao longo dos séculos, os negros africanos eram escravizados e trazidos para o Brasil, cruzando o oceano numa viagem sem retorno. Com eles vinham também seus deuses, seus ritos, suas crenças. Um universo que sobreviveria mantendo uma autonomia, muitas vezes clandestina e se adequando ao contato com o cristianismo e a cultura indígena. Transformando-se em uma das religiões populares do país.

Compreender os fundamentos das religiões de matriz africana, pelas aulas de História, como códigos sócio-culturais, referentes a uma outra forma de

sociabilidade, pode ser um dos caminhos para afastar atitudes como a indiferença, a intolerância e o preconceito na educação escolar.

Os apontamentos e as reflexões propostas neste artigo não têm a pretensão de esgotar a discussão aqui levantada, indicam apenas algumas das possibilidades que podem contribuir para as reflexões sobre a temática.

Há por certo, um longo caminho a se percorrer, até que o legado religioso dos afro-descendentes seja reconhecido e respeitado pela sociedade brasileira.

### **Referências Bibliográficas**

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas do Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

BITTENCOURT, Circe Maria. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BOTAS, Paulo. **Xirê – a ciranda dos encantado**. São Paulo: Ave Maria, 1997.

BRASIL, Art. 5º. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.

CASCUDO, L. C. **Contos Tradicionais do Brasil**. São Paulo: Global, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

CNBB-Leste 1. **Macumba, cultos Afro-Brasileiros**. São Paulo: Paulinas, 1976.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História e ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GENEST, E. *et al.* **As Mais Belas Lendas da Mitologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira. **O silêncio, um ritual pedagógico a favor da discriminação racial: estudo acerca da discriminação racial nas escolas**

públicas de Belo Horizonte. Belo Horizonte: FAE-UFMG, 1985. (Dissertação de Mestrado).

HOORNAERT, Eduardo. **História do Cristianismo na América Latina e no Caribe**. São Paulo: Paulus, 1994.

HORN, Geraldo Balduino. **O ensino de história: teoria, currículo e método**: Livro de Areia, 2003.

IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962, 310 p.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Funarte INM Divisão de Música Popular, 1983.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**: umbanda, integração de uma religião na sociedade de classes. Petrópolis: Vozes, 1978.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Cadernos Temáticos**: inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. Curitiba: SEED, 2005.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Cadernos Temáticos**: História e cultura afro-brasileira e africana: educação para as relações ético-raciais. Curitiba: SEED, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares de História**. Curitiba: SEED, 2006.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**: ordenamento jurídico da sociedade paranaense, 1829-1889. Curitiba, Ed. Da UFPR, 1996, 184p.

PRANDI, Reginaldo. **Os príncipes do destino**: histórias da mitologia afro-brasileira. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.

PRANDI, R. **Ifá, o Adivinho**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2002.

REZENDE, José. **Diversidade religiosa e direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

SANTOS, D. M. dos. **Contos Negros da Bahia**. Rio de Janeiro: GRD, [s.d.].

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED. **Programa de Desenvolvimento Educacional**. 2008. Disponível em: <http://www.pde.pr.gov.br/modules/noticias/> Acesso em: 21/03/2008.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Por uma história e cultura Afro-brasileira e Africana. In: CERRI, Luiz Fernando (org.) **Ensino de História e educação: olhares em convergência**. Ponta Grossa: UEPG, 2007, p. 139-151.

SILVA, Vagner Gonçalves. **Candomblé e Umbanda: Caminhos da devoção brasileira**. São Paulo: Ática, 1994.

SILVA, W. W. da Matta e. **Umbanda de todos nós**. São Paulo: Ícone, 1996.